

Assunto: Adoção em cena	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Diário Urbano	Seção/Repórter: Marcionila Teixeira
Página: 8	Data: 7/11/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO



Adoção em cena

Um vídeo com cenas de crianças e adolescentes aptos para serem adotados foi produzido pela Dois Comunicação a pedido da equipe do Núcleo de Apoio ao Cadastro Nacional de Adoção, vinculado à 2ª Vara da Infância e Juventude do Recife. O filme será exibido aos candidatos a pais inscritos no cadastro. As imagens mostram 56 crianças e adolescentes de 14 casas de acolhimento da capital reunidos em um momento de descontração. O juiz Élio Braz, da 2ª Vara, acredita que esse encontro indireto com os adotantes não cria uma falsa expectativa de adoção nos envolvidos no processo.

Assunto: Estacionamento no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Cidades	Seção/Repórter: Felipe Vieira
Página: 2	Data: 7/11/2014

jornal do commercio

2 jornal do commercio

cidades

jc nas ruas

Felipe Vieira (interino)

fvieira@jc.com.br

twitter: @jc_jcnasruas

telefone: (81) 3413.6103



Ou paga, ou...

O estacionamento com 200 vagas, que agora é gratuito para membros adimplentes da Ordem dos Advogados do Brasil que precisam ir ao Fórum do Recife, na Ilha Joana Bezerra, vem provocado chiadeira entre as demais pessoas que frequentam o lugar.

...coloca na rua

Elas alegam que o local era um terreno público, onde todos que iam ao fórum, advogados ou não, podiam estacionar gratuitamente. Hoje, precisam se virar para colocar os carros nas vias do entorno. Ou pagar para utilizar o novo estacionamento.

Assunto: Servidores do TJPE/sentença em relação à a	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Cidades	Seção/Repórter: Felipe Vieira
Página: 2	Data: 7/11/2014

jornal do  **commercio**

voz do leitor

➔ **Pede-se providência**

Servidores do TJ

Em breve o desembargador Francisco Bandeira irá proferir sentença em relação à ação da URV, que os antigos servidores da Justiça aguardam ansiosamente. Os autos da mencionada ação já se encontram em poder do referido desembargador.

📧 **Reinaldo Lessa**
reinaldo-lessa@hotmail.com

Assunto: Justiça suspende audiência de apresentação do redesenho do Novo Recife	
Veículo: diariodepernambuco.com	
Editoria:	Seção/
Página:	Data: 7/11/2014

DIARIO de **PERNAMBUCO**
.com.br



Ação popular » Justiça suspende audiência de apresentação do redesenho do Novo Recife

Publicação: 07/11/2014 10:25 **Atualização:** 07/11/2014 12:04

A justiça determinou a imediata suspensão da audiência pública de apresentação do redesenho do Projeto Novo Recife. A medida foi tomada pela juíza da 3ª Vara da Fazenda Pública, Mariza Borges, após ação popular ingressada na segunda-feira passada pelo Movimento Ocupe Estelita, com apoio do Centro Popular de Direitos Humanos (CPDH), apontando desconformidade com a Lei Municipal 16.745.

Saiba mais...

[Audiência pública apresenta redesenho do projeto Novo Recife](#)
[Ocupe Estelita entra com representação no MPPE para cancelar edital de audiência pública sobre Novo Recife](#)

O movimento alega que não foi cumprido o prazo de publicação de 15 dias de antecedência ao evento e publicização das informações que serão debatidas, além das condições das inscrições.

A audiência estava marcada para a tarde desta sexta-feira, na Faculdade de Administração de Pernambuco (Fcap). A juíza ainda determinou que a Prefeitura do Recife publique nova data para o evento, desta vez respeitando os critérios legais. De acordo com a decisão judicial, caso a medida seja descumprida, poderá ser aplicada uma multa no valor de R\$ 200 mil, configurando crime de desobediência e improbidade administrativa. Apesar da decisão, o movimento manteve o protesto marcado para as 13h desta sexta-feira, no auditório da Fcap.

Na tarde desta quinta-feira, o redesenho foi apresentado pelo Consórcio Novo Recife. O projeto contempla as sugestões encaminhadas pela Prefeitura do Recife, em setembro, a partir de contribuições feitas pela sociedade civil organizada e consolidadas pelo Instituto Pelópidas Silveira.

O desenho prevê a redução na altura dos prédios e incorpora o modelo do sistema viário com oito vias transversais e dois binários. Um deles passa dentro do empreendimento com vias

paralelas na frente e por trás. O outro amplia o uso da Ponte Joaquim Cardoso, que terá um prolongamento fazendo a ligação com a Zona Sul e formará binário com a Ponte Paulo Guerra.

O projeto prevê ainda a abertura da Avenida Dantas Barreto para a Bacia do Pina, como foi sugerido. “Nós atendemos questões relevantes que precisavam ser incorporadas. Esse lugar pode passar a ser referência para outras áreas”, apontou o arquiteto Paulo Roberto de Barros, que coordena o projeto Novo Recife.

Assunto: Ocupe Estelita diz que PCR excluiu movimento e que audiência pública é ilegal	
Veículo: NE10	
Editoria:	Seção/
Página:	Data: 7/11/2014



Notícias | Grande Recife

Ativistas

Ocupe Estelita diz que PCR excluiu movimento e que audiência pública é ilegal

Publicado em 06/11/2014, às 19h42 | Atualizado em 06/11/2014, às 19h46



Luana Varejão e Leonardo Cisneiros criticaram a postura da PCR como mediadora das negociaçõesFoto: Mariana Dantas/NE10

Representantes do Ocupe Estelita acusam a Prefeitura do Recife de excluir o movimento de todo o processo de negociação para redesenho do Projeto Novo Recife. Para os ativistas, a audiência pública convocada para esta sexta-feira (7), onde o redesenho final projeto será apresentado para a população, também seria ilegal, já que estaria descumprindo as exigências da **Lei Municipal 16.745**, que dispõe sobre a realização de audiências públicas na cidade.

“De acordo com a lei, uma audiência pública só pode ser realizada no prazo mínimo de 15 dias após publicação do edital no Diário Oficial. O edital só foi publicado no dia 30 de outubro. A prefeitura também tinha obrigação de divulgar com antecedência o conteúdo da audiência, que neste caso seria o redesenho do projeto, para que pudesse ser estudado por todos, além de abrir inscrição prévia. Nada disso foi feito”, afirmou a ativista Luana Varejão na tarde desta quinta-feira (6), em entrevista coletiva à imprensa.

O movimento decidiu convocar a coletiva em reação à apresentação do novo projeto **realizada pelo Consórcio Novo Recife realizada na manhã de hoje**. “Um dia antes da audiência eles (o Consórcio) resolvem apresentar o projeto quando quem deveria ter feito isso era a prefeitura. O Consórcio é parte interessada e, por isso, consideramos que o evento de hoje foi apenas uma ação publicitária para conquistar a opinião pública. Representantes do Ocupe Estelita também foram proibidos de participar”, disse o ativista Leonardo Cisneiros. Ele preferiu não comentar sobre a nova proposta apresentada pelo Consórcio. “Não posso comentar sobre algo que não conheço”, disse.

LEIA MAIS:

» **Redesenho atende aos pedidos da PCR e amplia em 20% a área pública**

Questionado se é contra a construção de edificações na área do Estelista, Cisneiros disse que o “movimento não é contra a ocupação da área, mas a exploração privada da cidade deve atender o interesse público e isso não está acontecendo”.

Sobre o andamento das negociações, Cisneiros afirma que a prefeitura não exerceu o papel de mediadora e que as entidades que não concordaram com o processo acabaram sendo excluídas. “No último dia 2 de julho, o prefeito Geraldo Julio assinou um compromisso com entidades da sociedade civil para ser o mediador da negociação e garantiu a participação de todos. Mas nunca fomos chamados para uma reunião até hoje”, disse. Em relação à audiência pública realizada no último dia 19 de julho, quando foram recolhidas mais de 230 propostas para a formulação das novas diretrizes, Cisneiros disse que as

sugestões deveriam ser analisadas em conjunto com todas as partes envolvidas. “O que ocorreu na verdade foi um jogo à favor do Consórcio que impediu a verdadeira participação popular”.

ANULAÇÃO DE AUDIÊNCIA – Representantes do Ocupe Estelita ingressaram na última segunda-feira (3) com uma representação no Ministério Público solicitando a anulação da audiência pública e publicação de novo edital. O movimento também deverá promover um protesto em frente ao auditório da Faculdade de Administração da Universidade de Pernambuco (Fecap), onde será realizada a audiência pública.

PREFEITURA - A reportagem questionou a Prefeitura do Recife sobre a legalidade da audiência pública. Por meio de nota, o município justificou que a Lei 16.745 não se aplica a esta situação. "A legislação que estabelece o prazo para audiências públicas visa garantir o conhecimento prévio do material que será discutido em processos de licenciamento e proposições normativas. O evento desta sexta (07) tem a finalidade de apresentar as adequações no projeto Novo Recife, decorrentes da definição, pela Prefeitura do Recife, de diretrizes urbanísticas para a área. Assim, não houve material prévio a ser disponibilizado, o que acontecerá a partir da apresentação pública".

Assunto: Ocupe Estelita quer anular edital de audiência pública sobre o Novo Recife	
Veículo: G1 Pernambuco	
Editoria:	Seção/
Página:	Data: 7/11/2014



Ocupe Estelita quer anular edital de audiência pública sobre o Novo Recife
Movimento entrou com representação no MPPE contra Prefeitura do Recife.
Integrantes alegam que o documento desrespeita a Lei Municipal 16.745.

Do G1 PE



Luana Varejão e Leonardo Cisneiros explicaram que audiência tem vícios de legalidade que impendem a participação adequada da população (Foto: Luna Markman/G1)

O Movimento Ocupe Estelita representou no Ministério Público de Pernambuco (MPPE) contra a Prefeitura do **Recife** para anular o edital que convoca audiência pública para esta sexta (7) onde será apresentado o redesenho do projeto imobiliário Novo Recife.

De acordo com o movimento, a audiência tem vícios de legalidade que impedem a participação adequada da população. Os ativistas também prometem fazer um protesto no mesmo local e horário onde a reunião vai ocorrer, no auditório da Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco (FCAP), no bairro da Madalena, às 14h30.

As informações foram repassadas à imprensa em coletiva na tarde desta quinta (6). As representações foram encaminhadas às promotorias de Cidadania e Meio Ambiente, pedindo o cancelamento do edital alegando que o documento desrespeita critérios da Lei Municipal 16.745.

“A lei prevê que a audiência deve ser convocada com 15 dias de antecedência, mas o edital foi publicado no último dia 30 [de outubro], e que o material que vai ser debatido [na audiência] deve ser disponibilizado à população anteriormente, o que também não ocorreu”, explicou a ativista e advogada Luana Varejão.

Ainda sobre a audiência, os ativistas reclamam que a reunião foi marcada em auditório com capacidade para menos de 300 pessoas, espaço menor ainda em relação ao auditório onde a Prefeitura apresentou as diretrizes do Novo Recife, no último dia 17 de julho. Na ocasião, 600 pessoas estiveram no local e muita gente ficou do lado de fora, sem poder participar do encontro.

Integrante do Ocupe Estelita, o professor Leonardo Cisneiros afirma que a Prefeitura tem afastado o movimento e a população das negociações em relação ao projeto. Ele cita que a gestão municipal descumpra acordo firmado com o Ocupe Estelita logo após a desocupação da Prefeitura por um grupo de manifestantes contrários ao projeto imobiliário, em julho passado. “Na época, foi acordado, com a assinatura do prefeito [Geraldo Julio], que a gente iria participar das reuniões deliberativas sobre o projeto, mas até hoje não fomos chamados para nenhuma delas, tudo que sabemos é pela imprensa. Então, queremos expor a nossa indignação sobre este teatro da Prefeitura, que finge que reconhece o nosso movimento, mas nos exclui do processo”, criticou.

O redesenho do projeto imobiliário destinado à área do Cais José Estelita, na área central da cidade, foi apresentado pelo consórcio Novo Recife em coletiva fechada à imprensa na manhã desta quinta. O Ocupe Estelita não quis comentar sobre as mudanças realizadas no material.

"É complicado [comentar] porque o Consórcio só apresenta uma peça publicitária à imprensa e é justamente isso que a gente critica: como vamos a uma audiência sem que a Prefeitura apresente oficialmente os detalhes do projeto? Assim não poderemos dialogar. Não somos contra a ocupação do Cais, o que queremos é que a exploração privada da cidade seja submetido aos interesses públicos", disse.

Prefeitura mantém audiência pública

Procurada pela reportagem, a assessoria de imprensa do MPPE informou que a representação do

movimento ainda será distribuída para análise. Já a Prefeitura do Recife adiantou que a audiência pública na FCAP está confirmada para esta sexta-feira (7). Sobre a legalidade do prazo para apresentação do redesenho do projeto, a Prefeitura do Recife divulgou nota afirmando que "a legislação que estabelece o prazo para audiências públicas visa garantir o conhecimento prévio do material que será discutido em processos de licenciamento e proposições normativas".

O Executivo municipal ainda destacou que a audiência "tem a finalidade de apresentação das adequações no projeto Novo Recife, decorrentes da definição, pela Prefeitura do Recife, de diretrizes urbanísticas para a área. Assim, não houve material prévio a ser disponibilizado, o que acontecerá a partir da apresentação pública. Por tanto, a lei não se aplica a esta situação, cujo formato será de iniciar o debate público após a negociação coordenada pela Prefeitura do Recife."



Proposta de redesenho prevê modificação nas alturas dos prédios; máximo era de 40 andares e passa a ser de 38
(Foto: Divulgação/Consórcio Novo Recife)

Assunto: Audiência para discutir redesenho do Novo Recife é suspensa pela Justiça	
Veículo: Blog do Jamildo	
Editoria:	Seção/
Página:	Data: 7/11/2014



PCR vai remarcar

Audiência para discutir redesenho do Novo Recife é suspensa pela Justiça

PUBLICADO EM 07/11/2014 ÀS 11:22 POR [PAULO VERAS](#) EM [NOTÍCIAS](#)



Imagem: Consórcio Novo Recife

A audiência pública para discussão do redesenho do projeto Novo Recife marcada para a tarde desta sexta-feira (7) foi suspensa a mando da juíza Mariza Borges, da 3ª Vara da Fazenda Pública de Pernambuco. De acordo com o entendimento da juíza, o modo como foi convocada a audiência não seguia o que é determinado pela Lei Municipal 16.745. A magistrada determinou multa no valor de R\$ 200 mil, caso a PCR realize a audiência nesta sexta.

A Prefeitura do Recife vai cumprir a decisão judicial e diz que uma nova data será marcada posteriormente. A PCR havia alegado que os prazos estabelecidos pela Lei são para que

haja um conhecimento prévio do material a ser discutido; mas que o redesenho do projeto só seria oficialmente apresentado nesta sexta, o que significaria que não haveria material a ser disponibilizado.

LEIA

TAMBÉM:

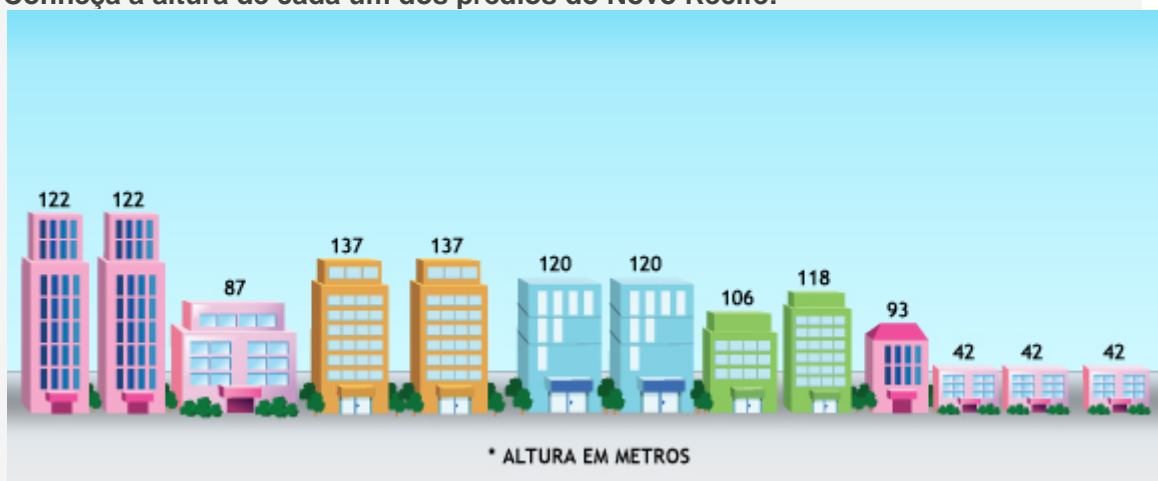
>> [Redesenho do Novo Recife atende aos pedidos da PCR e amplia em 20% a área pública do empreendimento](#)

>> [Ocupe Estelita diz que PCR excluiu movimento e que audiência pública é ilegal](#)

O redesenho do projeto foi apresentado à imprensa pelo consórcio Novo Recife nessa quinta (6). Ele cumpre com as diretrizes urbanísticas apresentadas pela Prefeitura do Recife após o processo de rediscussão do empreendimento iniciado após a ocupação do terreno do empreendimento, em maio deste ano.

Dentre as principais mudanças estão a diminuição da altura dos prédios, principal mente no trecho próximo ao Forte das Cinco Pontas; a criação de dois binários no Cais José Estelita, cortando o terreno do empreendimento; e a conclusão da Avenida Dantas Barreto para que ela vá até a margem da Baía do Pina.

Conheça a altura de cada um dos prédios do Novo Recife:



Arte: NE10

Além disso, todos os lotes terão lojas de comércio e serviços, transformando os edifícios residências em uso misto. Em função disso, nenhum dos prédios será murado. As mudanças ampliaram de 45% para 65% a área de uso público do projeto.

Após a apresentação do projeto, o Ocupe Estelita afirmou que a PCR tem excluído o movimento e defendeu a ilegalidade da audiência pública. A Ação Popular foi ingressada pelo Centro Popular de Direitos Humanos (CPDH).

Planejado desde 2008, o Novo Recife deve ser construído no Cais José Estelita, no bairro de São José, na área central da capital pernambucana. Em maio, o terreno foi ocupado pelos ativistas do movimento após o início das demolições. O grupo foi retirado em junho pela Polícia Militar em uma reintegração de posse.

Com aval do prefeito Geraldo Julio (PSB), porém, a Prefeitura do Recife conduziu um processo de rediscussão do empreendimento, com reuniões envolvendo o consórcio, o movimento e entidades da sociedade civil. A partir desse processo, foram inauguradas as diretrizes urbanísticas utilizadas no redesenho.

